

**Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do XXI
Governo Constitucional no que se Relaciona com a Nomeação e a
Demissão da Administração do Dr. António Domingues**

11.^a Reunião
(18 de julho de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (José Pedro Aguiar Branco) declarou aberta a reunião às 15 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à audição do Sr. Dr. António Domingues (ex-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A), tendo usado da palavra os Deputados Miguel Tiago (PCP), Fernando Virgílio Macedo (PSD), João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE) e António Carlos Monteiro (CDS-PP).

O Presidente encerrou a reunião às 17 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Pedro Aguiar Branco): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Srs. Deputados, temos hoje a audição do Dr. António Domingues, que já se encontra connosco e a quem quero agradecer a disponibilidade para vir de novo a esta Comissão.

Creio que não vale a pena dar nota dos procedimentos da nossa Comissão, porque o Sr. Doutor já tem cátedra na matéria, pelo que julgo que não corremos riscos de ter alguma falha, pelo menos, procedimental.

De qualquer maneira, quero lembrar que, nesta primeira ronda, cada grupo parlamentar disporá de 8 minutos numa interação direta entre o Dr. António Domingues e quem faz as perguntas.

Hoje, a primeira intervenção nesta primeira ronda, na lógica da rotatividade, cabe ao PCP, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero, em nome do PCP, cumprimentar o Dr. António Domingues e agradecer a disponibilidade para estar, uma vez mais, nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Doutor, a sua audição de hoje decorre de uma proposta apresentada pelo PSD, se não estou em erro, ou pelo PSD e pelo CDS, à qual o PCP não manifestou oposição. No entanto, gostaríamos que ficasse claro que o PCP entende não haver necessidade estrita para a realização desta audição, porque não ficámos com muitas dúvidas decorrentes das suas declarações na última reunião que aqui tivemos e que não foi assim há tanto tempo. De qualquer

das formas, se há partidos que ficaram com algumas dúvidas deverá haver espaço para as clarificar.

Portanto, da parte do PCP, o que nos parece é que, uma vez mais, estamos perante uma qualquer manobra, que já nem sei muito bem em que é que beneficia ou em que é que o PSD julga que se beneficia com estas manobras...

Mas, valorizando o instrumento e o instituto da Comissão de Inquérito, vamos, evidentemente, tentar contribuir para que as dúvidas se dissipem.

Assim, Dr. António Domingues, quero perguntar-lhe se, sobre o conjunto das declarações que prestou na última vez em que esteve nesta Comissão de Inquérito, entende acrescentar ou alterar alguma ou algumas das suas declarações.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. António Domingues.

O Dr. **António Domingues** (ex-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar os Srs. Deputados e, obviamente, manifestar a minha total disponibilidade, como sempre, para responder às perguntas que esta Comissão de Inquérito entenda que tem de fazer.

Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras do Sr. Deputado do PCP e, relativamente à pergunta que, em concreto, me colocou, a minha resposta é: não. Creio que a Comissão, na audição em que cá estive, me fez um conjunto muito alargado de questões às quais respondi com o que sei, com os factos. Foi sobre factos que me pronunciei e foi sobre factos que as perguntas me foram feitas, sendo que houve outras perguntas adicionais às quais também tive o cuidado de responder.

Relativamente ao que eu disse, nada tenho para alterar nem para acrescentar. Durante estes últimos dias estive a pensar no que é que podia haver de novo, em alguma coisa que tivesse falhado, de que não me tivesse lembrado ou noutra qualquer aspeto, mas, confesso, estive a ler as minhas notas e não tenho rigorosamente nada para acrescentar, nem, sobretudo, para contradizer relativamente ao que já tive ocasião de partilhar com esta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, aproveito para lembrar que os telemóveis deverão estar em silêncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, a não ser que o PSD tenha perguntas novas, isto hoje vai ser, digamos, a leitura da ata da reunião passada... Bom, esperemos que não e que haja perguntas novas.

Julgo ter apenas mais uma pergunta, ou melhor, uma precisão, para relembrar e para que a Comissão de Inquérito também tenha o maior número de elementos possível: alguma vez, no conjunto das conversações, direta ou indiretamente, o Governo, ou alguém em seu nome, assumiu com o Dr. António Domingues que iria alterar uma lei para garantir que o Dr. António Domingues e a administração por si nomeada e escolhida não apresentariam declarações de rendimentos ao Tribunal Constitucional?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, vou provavelmente dizer o que já disse em abril, mas vou ter de o fazer e tenho todo o gosto em fazê-lo.

Fui convidado para ter uma reunião, salvo erro, no dia 18 de março de 2016. Essa reunião teve lugar no Ministério das Finanças ao princípio da tarde, às 15 horas, e estiveram presentes o Sr. Ministro das Finanças e o Sr.

Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro. Nessa primeira conversa, eu não sabia qual era o objeto. Aliás, o Sr. Ministro quis saber se eu tinha disponibilidade para ir lá falar com ele, eu fui e, como já tive ocasião de dizer noutras alturas, fui surpreendido pelo convite para vir a liderar a administração da Caixa Geral de Depósitos.

Como na altura também disse, a minha reação foi de dizer, primeiro, que estava surpreendido e, segundo, que não era um projeto nem uma alteração na minha vida profissional que me estimulasse muito naquele momento. Mas, com o decorrer da conversa e com os termos em que o Sr. Ministro me pôs a questão, eu disse: «Olhe, vou ter de pensar sobre o assunto, no mínimo tenho de fazer isso; não vou demorar muito tempo a pensar, portanto, rapidamente lhe direi se tenho ou não predisposição e condições para poder responder afirmativamente, mas há duas ou três coisas que eu gostava de dizer, desde já, e uma delas é que...»

Bom, durante a conversa falou-se sobre a Caixa: o Governo tinha uma particular preocupação com a situação da empresa e com a necessidade de a recapitalizar. O objetivo do Governo era o de manter a Caixa na esfera pública e, portanto, afastar qualquer risco de a empresa poder ser confrontada com um processo de privatização, mesmo que parcial. O Governo queria resolver o problema dos *CoCo* e as questões pendentes que existiam em função de o plano de reestruturação, que, como sabem, estava acordado e em vigor, não estar a ser cumprido.

Portanto, à luz disto tudo eu disse: «Olhe, há duas ou três coisas que eu gostava de dizer, desde já. A primeira é que penso que a Caixa Geral de Depósitos precisa de bastante mais capital do que aquele que tem vindo a ser referido na imprensa...». Recordo que, na altura, na imprensa havia artigos e havia algumas opiniões sobre as necessidades de capital da Caixa e falava-se em valores de 1,5 mil milhões, 2000 milhões de euros...

E eu disse: «Olhe, enfim, eu não conheço a Caixa em pormenor, mas sou concorrente da Caixa pelo menos há 30 anos e uma das coisas que faço é ver o que é que acontece com os concorrentes e, de acordo com as minhas métricas, acho que a Caixa precisa de bastante mais capital. E, portanto, é bom estarem preparados para isso. Além disso, há um tema pendente que não está resolvido e que é o problema do Fundo de Resolução. Isto porque se, porventura, o Fundo de Resolução impactar de imediato os bancos — e a Caixa, obviamente, é o mais impactado —, provavelmente as necessidades ainda vão ser maiores. Portanto, este é o primeiro aspeto.

A segunda coisa, e gostava de dizer isto com toda a clareza, é eu não aceito, por razões que lhes posso explicar, ir para a Caixa com o Estatuto de Gestor Público. Portanto, se o Governo entender que o estatuto aplicável à Caixa pode ser alterado e que os gestores da Caixa podem não estar abrangidos pelas regras dos gestores públicos, eu pondero. Se não, não.»

Uma das principais dificuldades que lhes disse que tinha — e nem sequer era do ponto de vista pessoal, embora não me agradasse muito, como, aliás, não me agradou — era ver a minha vida pessoal, que vale o que vale, mas é a minha, publicada nos jornais e, por acaso, não foi só no *Correio da Manhã* foi em muitos outros jornais...

Para além disso, eu disse: «Olhe, a razão de fundo é que eu entendo que a Caixa tem um desafio importante e é preciso ter uma equipa sólida não só de executivos mas também uma equipa muito sólida de não executivos», e expliquei, aliás, o que eu entendia que haveria de alterar no modelo de governo da Caixa no sentido de a aproximar do modelo normal de gestão das empresas cotadas e dos bancos em geral.

E disse: «Relativamente à questão do Estatuto, nem sequer me preocupa tanto a questão dos salários, porque as regras que existem atualmente e a forma como estão a ser aplicadas, se forem aplicadas da mesma maneira, para mim, pessoalmente, não são um problema, porque não

me preocupa que me seja aplicada a média dos salários dos meus últimos três anos, o problema central é que existe uma disposição no Estatuto do Gestor Público que é a da obrigatoriedade de apresentação da declaração de património» — não é de rendimento, e é bom que se distinga, porque são duas coisas diferentes — «e essa declaração, nos termos que conheço, é obrigatoriamente tornada pública». Eu conhecia episódios de pessoas que tiveram algumas vicissitudes e embaraços pessoais com essa situação, o que, portanto, não lhes agradou...

Eu disse: «A mim não me agrada pessoalmente e, portanto, à partida, gostava de pôr isto com toda a clareza e, em segundo lugar, entendo que a maior parte das pessoas em quem posso pensar e com quem seria bom poder contar numa administração, como independentes, seguramente, não vão aceitar se esse for o dispositivo.

E, em terceiro lugar, há uma terceira dimensão que também gostava de deixar absolutamente clara: eu não assinarei operações de engenharia financeira e, portanto, a recapitalização da Caixa far-se-á pelos montantes necessários e com o capital necessário. Mas capital é capital, portanto, não contem comigo para mexer no Fundo de Pensões, para descapitalizar a Caixa, para descapitalizar o sistema de saúde da Caixa. Isso não faço! Portanto, se isto fizer sentido, vou pensar, mas, se alguma destas coisas não fizer sentido, por mim, encantado, tenho a minha vida, não tenho nenhum problema, mas, se puder ajudar, vou pensar se o posso fazer».

Portanto, esta foi a primeira reunião que tive. Durante esse fim de semana, informei o presidente e o presidente executivo do meu banco de que tinha recebido este convite. Partilhei com eles esta informação e, como tive ocasião de dizer, telefonei ao Dr. José Matos, que conhecia dos tempos em que trabalhei no Banco de Portugal e que era o CEO (*Chief Executive Officer*) da Caixa, para o informar de que tinha tido este convite. Ele fez o favor de ir a minha casa, já dei nota disso.

Durante esse fim de semana, tive ocasião de pensar mais maduramente sobre se tinha ou não condições para poder aceitar o desafio do ponto de vista pessoal e, além disso, sobre o que é que era necessário fazer para vir a tomar uma decisão definitiva e levar a bom porto o projeto que me estava a ser apresentado.

Logo nesse domingo tive ocasião de falar ao Sr. Ministro das Finanças para lhe dizer: «Olhe, pela minha parte, estou disponível, reúno quando quiser e, a partir de agora, já estou preparado para ter uma conversa consigo».

Tivemos uma reunião logo na segunda-feira de manhã, salvo erro, às 9 horas, com os mesmos três participantes que tinham estado na primeira — eu, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Secretário de Estado do Tesouro — e, nessa altura, eu falei-lhes em mais coisas, que posso repetir, nomeadamente, e de forma mais elaborada, sobre o que eu entendia que eram as condições e o que me parecia, à luz daquilo que tinha feito, de alguns exercícios que recuperei que já tinha feito antes, enquanto concorrente...

Depois de passar um fim de semana a ler os relatórios da Caixa e a ver a informação disponível disse: «Primeiro, reconfirmo a impressão que lhes dei de que as necessidades de capital da Caixa são substanciais; segundo, para mim, é fundamental que a Caixa seja recapitalizada fora do regime das ajudas de Estado. Não aceito ir para a Caixa debaixo do regime das ajudas de Estado. Penso que isso é importante, não só por mim, pessoalmente, porque isso tem implicações, mas é importante do ponto de vista do setor e da Caixa e é preciso fazer tudo o que esteja ao nosso alcance e o que o Governo possa fazer, enquanto acionista, para que isso não suceda.»

Enfim, falei-lhes sobre o modelo de governo que entendia que a Caixa devia ter e sobre o procedimento que propunha para que, se, porventura, chegássemos a acordo, iniciasse diligências para formar uma equipa. Finalmente, falei novamente na questão do Fundo de Resolução, que, para

mim, era uma questão central e importante quer do ponto de vista da Caixa, quer do ponto de vista do setor.

Finalmente, disse ao Governo: «De qualquer maneira, não tenho uma decisão definitiva, porque preciso de saber se isto é tudo viável. Isto porque as informações sobre... Não tenho muita experiência de lidar com reguladores nesta matéria e muito menos na perspectiva do setor público. Já lidei com a DG Comp, enquanto BPI, mas enquanto banco público não. Há uma alteração substancial das regras de funcionamento nesta matéria que entraram em vigor a 1 de janeiro, portanto, é bom clarificar isto tudo».

E foi nessa altura que pedi ao Sr. Ministro se o Governo, porque não tinha legitimidade para o fazer, me organizava contactos, reuniões com o BCE (Banco Central Europeu), com a Direção-Geral da Concorrência em Bruxelas, e com o Sr. Governador do Banco de Portugal, reuniões essas que, tal como tive ocasião de dizer, tiveram lugar nas semanas seguintes.

Finalmente, em resultado dessas reuniões, da reflexão que fiz e dos contactos que fui fazendo também com o Ministério, preparei uma carta que é do conhecimento dos Srs. Deputados, que tem um conjunto de anexos e que tentei escrever para não haver nenhuma dúvida. Tinha a consciência, como, aliás, aqui disse da última vez, de que estava a propor uma alteração, que era importante, à forma como historicamente a Caixa vinha a ser governada e quis que isso ficasse escrito para não haver nenhuma dúvida e para dar tempo a quem de direito para que pudesse refletir e pensar sobre isso.

Essa carta é do vosso conhecimento e os seus anexos também. Dir-me-ão que em nenhum lugar está referido o Tribunal Constitucional, mas confesso que provavelmente isso foi um lapso. Não um lapso *de facto* mas um lapso de forma, eventualmente, porque, se virem, no anexo em que elenquei as matérias — não sabia como é que isso se fazia, porque não tinha capacidade para o fazer — em que entendia que tinha de haver alterações à

lei do Estatuto de Gestor Público e à lei das empresas públicas, elenquei a modalidade e as formas como isso ia ser feito. Se precisava de alteração legislativa na Assembleia da República, se era um simples ato legislativo do Governo e por aí fora, confesso que não estava habilitado a ter opinião.

O que quis foi elencar aquilo em que havia que mexer e, se virem, uma das matérias tem a ver com a prestação de informação por parte dos administradores e que é publicada, sendo que a única que é publicada, e que é assim porque é o regime que continua a vigorar, é a declaração de património entregue ao Tribunal Constitucional. Se virem, as declarações à IGF (Inspeção-Geral de Finanças) que foram feitas, que eu fiz e que todos os meus colegas fizeram, não são objeto de publicação.

Nessa altura, disse ao Sr. Ministro: «Olhe, de qualquer maneira, não quero, até para defesa própria e das pessoas que vão comigo, que haja qualquer dúvida de que isto não se trata de nenhuma proposta, nem nenhum dispositivo para subtrair, a mim e aos meus colegas, a qualquer tipo de controlo, ou seja o que for. Faço questão de entregar uma declaração de património exatamente igual, no formato da que se entrega ao Tribunal Constitucional, ao Secretário-Geral da Sociedade para estar à disposição dos órgãos de fiscalização e de quem de direito, para os efeitos que entenderem. Entendo entregar uma à entrada e outra depois».

Era um procedimento que não estava formalizado, mas que o Governo até podia ter formalizado. Dei esta ideia, cumpri-a e foi isto que foi dito. Por mim, o assunto ficou completamente arrumado e só voltei a falar sobre o assunto das declarações algures em final de maio, porque, como as alterações legislativas nunca mais saíam, interroguei o Governo: «Mas, então, o que é que se passa, não estão a produzir as alterações?»

E, na altura, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado disseram: «Não, estamos a trabalhar». Depois até solicitaram se podiam, aliás, perguntaram-me se via mal em que trocassem umas impressões com os

advogados que, entretanto, me estavam a apoiar na preparação dos dossiês, e eu disse: «De forma nenhuma, pela minha parte, não tenho nenhum contributo a dar, a não ser a proposta que formulei, do ponto de vista da substância. Do ponto de vista jurídico, isso é um tema que o Governo tem de tratar». Portanto, o assunto ficou assim.

Voltei a falar novamente sobre o assunto, algures em junho, como tive ocasião de dizer aqui. Porquê? Porque, como se recordam, o conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos que estava em funções, a partir de certa altura, manifestou uma grande ansiedade em abandonar as funções, portanto, criou-se uma grande pressão sobre quando é que o novo conselho entrava em funções, que nunca mais entrava. Enfim, todas as semanas havia notícias sobre isso.

Eu, que tinha apresentado a lista dos órgãos sociais ao Governo, mais, que tinha apresentado uma lista mais ampla, dentro da qual depois fiz os convites e que chegou à proposta final, e que a tinha apresentado ao BCE, salvo erro, em final de maio, a certa altura não a podia entregar ao Banco de Portugal e disse logo ao Governo: «Não vou entregá-la no Banco de Portugal enquanto as alterações legislativas não estiverem produzidas, porque o Banco de Portugal vai analisar as propostas, como é normal, à luz do enquadramento legislativo atual e, portanto isso não vai acontecer». Aliás, disse ao Sr. Governador, em contactos informais, que não estava em condições de a poder entregar, que tinha tudo preparado mas não o podia fazer.

Nessa altura, houve esse contacto; entretanto, fui informado de que o Governo tinha aprovado o decreto-lei. Depois, o decreto-lei, das alterações de que tive conhecimento, do seu conteúdo, pareceu-me bem, eximia a aplicação do Estatuto de Gestor Público aos gestores da Caixa e, para mim, isso era bastante. Confiei que aquilo que estava a ser feito correspondia ao

que estava acordado, ou seja, que a forma correspondia ao que estava acordado.

Como imagina, durante esse período, tive de preparar um plano estratégico para a Caixa, entregá-lo ao Governo, negociá-lo com o Governo, ter a aprovação do Governo e, a partir daí, partir para a negociação com a DG Comp. Tive um período de trabalho muito intenso e, portanto, entendi que essa matéria estava resolvida.

No final de junho, quando o Governo me transmitiu que o decreto-lei não só estava aprovado como o Sr. Presidente da República o ia promulgar, embora não estivesse ainda publicado, no dia 27, salvo erro, entreguei as propostas ao Banco de Portugal, ou melhor, diligenciei para que elas fossem feitas, porque elas tinham de ser canalizadas através da Caixa Geral de Depósitos, e, a partir daí, iniciou-se o processo de avaliação.

Voltei a falar sobre o assunto novamente apenas em outubro, salvo erro, a 24 ou 26, não me recordo bem, quando o tema surgiu na imprensa. Fora disso nunca mais falei e o meu entendimento sobre o tema é aquele que escrevi numa carta que dirigi ao Sr. Ministro das Finanças, algures no princípio de novembro, para fazer um balanço do meu trabalho e da situação em que a Caixa estava, fazendo uma recordatória do quadro em que tinha estado a trabalhar.

Como tive ocasião de dizer da última vez que cá vim, a minha missão tinha duas componentes. Tinha uma componente de curto prazo que era muito importante — não há médio prazo sem curto prazo e, normalmente as pessoas falam muito no longo prazo e esquecem-se do curto prazo — e que visava assegurar que a Caixa era, de facto, recapitalizada e, portanto, que o problema pendente que tinha era solucionado, que o contencioso que havia com as autoridades de supervisão, em particular com a DG Comp, pelo não cumprimento do plano anterior, era resolvido e que se partia para uma etapa nova. Isso foi feito.

O diagnóstico, embora, aparentemente, não tenha agradado a alguma gente, neste momento, já foi sancionado por muita gente e estaria bem feito. A Caixa foi recapitalizada, tem um plano de negócios e penso que o Conselho de Administração está a segui-lo, a melhorá-lo e a adaptá-lo à realidade, que muda todos os dias. Um plano, como é óbvio, é um guia, não é a realidade. Foi o que fiz.

A segunda parte consistia em implementá-lo e em conduzir os destinos da Caixa, que era uma coisa que gostava de ter feito. Pelas razões que expliquei aqui da última vez que cá estive, entendi, a certa altura, que deixei de ter condições para o poder fazer e, no melhor interesse da Caixa, penso eu, enquanto instituição, tentei assegurar que havia uma transição que era feita em condições tais que o objetivo essencial que era recapitalizar a Caixa e garantir que a Caixa seguia o seu rumo, não só pela própria Caixa, mas pelo setor e pelo País — e seguiu — se concretizava.

Como sabem também, em paralelo, a negociação do plano de capitalização da Caixa permitiu renegociar uma solução para um problema enorme que havia, que era o modo como o Fundo de Resolução poderia impactar na banca. Isso foi solucionado. Se não tivesse sido, provavelmente algumas das decisões e algumas das coisas que foram feitas durante o ano de 2016 e que, felizmente, trouxeram o setor bancário para a situação que tem hoje — eu e penso que todos à volta da mesa estamos muito satisfeitos, porque a situação hoje é muito diferente de há um ano — não teriam sido possíveis.

Portanto, desse ponto de vista, cumpri o meu dever, cumpri a minha missão de serviço público, foi nesse sentido que fui para lá. Propus ideias diferentes relativamente àquilo que entendia que devia ser o modelo de governo da Caixa e fico satisfeito que algumas dessas propostas tenham tido acolhimento e se mantenham. Penso que a Caixa e todos nós iremos beneficiar com isso — pelo menos assim o espero.

Relativamente a esta matéria, isto é um pouco o resumo do que disse nas duas ou três horas em que cá estive da última vez, basicamente.

O Sr. **Presidente**: — Como a pergunta foi abrangente, achei útil que a resposta fosse também abrangente.

De qualquer maneira, pedia uma certa gestão do tempo daqui para a frente, porque, em princípio, aos 8 minutos de quem pergunta devem corresponder mais ou menos, em dimensão similar, 8 minutos de quem responde.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — A primeira é sempre especial!

O Sr. **Presidente**: — Mas como a pergunta foi assim,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas foi muito bem respondido!

O Sr. **Presidente**: — ... geral, achei que era útil ouvir uma resposta geral. No entanto, pedia-lhe alguma gestão do tempo. Com certeza está habituado a isso, até pela qualidade de bancário.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, como tinha dito, não pensava fazer mais perguntas, mas houve, entretanto, parte da resposta que me motivou.

Queria só perguntar se tem elementos que lhe permitam saber, e partilhar com esta Comissão, desde quando é que o anterior plano de reestruturação estava considerado em incumprimento pela DG Comp e qual

seria o desfecho de um plano de reestruturação falhado na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Dizer-lhe, com exatidão, desde quando, mês e ano, é que estava em incumprimento, não lhe consigo responder. Mas penso que relativamente cedo a realidade macroeconómica se afastou bastante dos pressupostos do plano, designadamente em matéria de receitas, etc. Penso que o plano se começou a afastar relativamente cedo, mas não lhe consigo responder integralmente.

Penso que só havia duas soluções: ou havia uma negociação que conduzia a uma recapitalização nos termos em que foi feita ou então a Caixa teria de ser recapitalizada ao abrigo de um regime de ajudas de Estado, qualquer que fosse a fórmula concreta que isso tivesse, o que teria as consequências que me dispenso de estar a repetir e que são conhecidas de toda a gente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. António Domingues, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradeço, mais uma vez, a sua disponibilidade para estar presente nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Doutor, compreendemos que todo este processo foi extremamente desagradável para si e que agora, que está a iniciar um novo ciclo da sua vida em termos profissionais, quer atirar para trás das costas tudo isto e, sobretudo, que esta sua passagem pela Caixa Geral de Depósitos não lhe traga no futuro mais dissabores, diria mesmo, mais chatices, como lhe trouxe no passado.

Mas compreenderá que nós, como Deputados, temos a obrigação de tentar entender ao máximo todos os contornos do seu processo de nomeação e demissão como presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Durante a sua audição, e comparando com a audição dos membros do Governo, várias contradições foram aqui constatadas. Em relação às duas primeiras questões que tinha para si, o Sr. Doutor já respondeu na sua primeira intervenção, diria, de forma transparente e totalmente cristalina, ao dizer que, tanto na reunião de 18 como na reunião de 21 de março, colocou a questão da entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional como um problema central — foram as suas palavras há momentos. Ou seja, era um problema, um obstáculo, tanto à sua vontade pessoal de assumir a presidência da Caixa Geral de Depósitos como à possibilidade de constituir uma equipa com as competências que o Sr. Doutor julgava serem apropriadas e as que a Caixa necessitaria.

Portanto, aqui não temos dúvidas nenhuma de que este foi um problema que o Sr. Doutor colocou, desde logo, tanto na reunião de 18 como na reunião de 21 de março.

Quanto às reuniões de 18 de março e de 21 de março, o Sr. Doutor classifica-as como reuniões formais ou como uma simples troca de impressões, sem qualquer tipo de vinculação de ambas as partes?

Foi aqui afirmado por membros do Governo que nunca houve nenhuma conversa estruturada sobre condições que o Sr. Doutor tenha eventualmente posto para aceitar o cargo de Presidente da Caixa Geral de Depósitos, isto quando acho que tanto a conversa de convite, como, depois, a de aceitação são conversas devidamente formais que se devem ter entre um quadro que está a ser convidado e o Governo.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sobre a minha passagem pela Caixa e os referidos incómodos, confesso que já quase me esqueci deles.

Penso que o resultado desses incómodos, do trabalho que fiz com a equipa que me apoiou, quer os consultores, quer a equipa que esteve comigo na Caixa, é um resultado que eu classifico de muito bom. Digo isto porque não se deve só a mim, porque, senão, teria mais modéstia em falar sobre isso.

Portanto, penso que esses custos são normais. A vida faz-se de coisas boas e de coisas menos boas, mas, de uma maneira geral, tenho uma memória muito positiva do trabalho que fiz e, designadamente, do período em que estive na Caixa, nos quatro meses, entre setembro e dezembro.

Relativamente à questão específica que me faz, para mim, foram reuniões sérias de trabalho, porque, repare, era vice-presidente de um banco, onde trabalhava há 27 anos, e estava a conversar sobre tomar uma decisão muito séria de alterar a minha vida, mas, mais do que isso, de assumir um compromisso para cumprir uma missão que, à partida, aparecia como uma missão bastante difícil, complexa, em função de um conjunto de razões que, mais uma vez, me dispense de voltar a referir, porque são do conhecimento de todos, além de saber que ia entrar numa zona do terreno onde tinha menos familiaridade, menos experiência.

Independentemente das ideias que tivesse ou que quisesse ter, a Caixa, sendo a instituição que é e sendo uma instituição pública, estaria sempre debaixo de um tipo de escrutínio de natureza política, para além do escrutínio normal a que devem estar sujeitos uma empresa e um banco normais. Portanto, havia novidade nisso.

Demorei algum tempo a refletir sobre se devia aceitar, se tinha condições, ou não, para aceitar o desafio, justamente para ponderar todos os aspetos, todos os riscos, não só do ponto de vista pessoal, mas sobretudo para saber se tinha condições, ou não, de poder «levar a carta a Garcia». Quando disse ao Governo, «muito bem, vamos para a frente porque acho que é possível fazer uma negociação com a DG Comp para chegar a bons resultados», tinha feito o trabalho de casa. Portanto, essas reuniões não foram

conversas de café, foram conversas entre mim e os representantes do acionista, nessa qualidade, pelo menos foi esse o meu entendimento. Não conseguia ter outro.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, num dos anexos da sua carta de 14 de abril, propõe que não devem existir obrigações de publicidade, transparência ou de declaração relativamente à identidade e elementos curriculares de todos os membros de órgãos sociais, além das que já decorrem da lei comercial, incluindo da lei e regulação bancária que impõem já rigorosas obrigações de publicidade, transparência e responsabilidade.

Na lei comercial ou na lei e regulação bancária não está prevista, penso eu, e por isso fica totalmente afastada, a entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional. Certo?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Exatamente!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — O Governo afirmou aqui que tanto o escritório de advogados, como a McKinsey trabalhavam para si. Afinal, o Sr. Doutor disse que trabalhavam para o Governo. Trabalhavam para si, pessoalmente, ou para o Governo?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, fisicamente trabalharam para mim, porque eu era o líder do projeto, mas o projeto só existia porque o Governo me convidou e me mandatou para o desenvolver.

Já agora, gostava de explicar o seguinte: quando o Sr. Ministro me convidou, em março, inicialmente a ideia dele, penso, era que eu formasse uma equipa, que imediatamente tomasse posse, que houvesse uma

assembleia eletiva em abril ou maio e que as coisas evoluíssem dessa maneira.

Em função das conversas que fomos tendo, concluímos, por proposta minha, que havia vantagem, do ponto de vista da negociação do que estava em causa, que isso não fosse assim e que, quando houvesse uma assembleia eletiva, ela fosse precedida de um acordo ou de um pré-acordo com a DG Comp, até por uma razão muito simples: entendi — era essa minha posição, mas o Governo podia não ter aceitado e dito: «Muito obrigado, mas vamos por outro caminho» — que não aceitava ir para a Caixa Geral de Depósitos correndo o risco de a Caixa ser capitalizada ao abrigo das ajudas de Estado e que estava numa posição de apoiar o Governo e o Estado português para obter esse objetivo, conduzindo o processo tal como foi conduzido.

É difícil dizer, *a posteriori*, se podia ter sido feito de outra maneira. A única coisa que sei é que assim correu bem. De outra forma, entendia que não podia correr bem e, sobretudo, eu, pessoalmente, não estava disponível para correr o risco de ficar atolado numa negociação que, ainda por cima, digamos, estava constrangida por condições pelas quais não tinha responsabilidade. Estava a entrar *ad novum* e, para mim, essa era uma grande vantagem do ponto de vista do acionista para a negociação.

Essa é a realidade. Enfim, se calhar, é um bocadinho abusivo da minha parte tirar esta conclusão em absoluto, mas penso que foi construtivo que isso tivesse acontecido.

Em abril, ficou acordado entre mim e o Governo, o Ministério das Finanças, que assim seria. Aliás, fiquei surpreendido, quando foi feita a convocatória da assembleia-geral da Caixa, para maio, para aprovar as contas, que houvesse um ponto relativo à eleição de órgãos sociais, porque não estavam preparados, nem era suposto que estivessem.

Tive, pelo menos, um mês para estar a trabalhar ativamente e, ainda por cima, tive um pequeno problema de saúde no final de abril e tive de fazer

uma pequena intervenção. Aliás, na primeira vez que cá vim, nem me lembrei disso para explicar por que é que não entreguei a carta em abril no BPI, mas só em maio — em maio era irrelevante entregar no dia 1 ou no dia 30. Essa questão foi levantada. Eu não entreguei a carta imediatamente, embora tivesse cessado funções. Mesmo que não quisesse entregá-la, o banco onde trabalhava não aceitaria que continuasse. Isso nem sequer era uma decisão minha. De qualquer maneira, era o que faria, mas isso era automático.

Portanto, foi isso que foi feito. Nessa altura, combinei com o Ministério, dizendo: «Sozinho não posso fazer isto, preciso de apoio, preciso de uma equipa que me apoie, não posso utilizar o BPI nem as equipas que trabalhavam para mim. Portanto, entendo que há duas entidades, com quem já falei, que têm disponibilidade para ajudar e acho que são boas». De facto, acho que demonstraram que tinham a competência e as valências para fazer o trabalho, que foi bem feito e num tempo muito curto.

Como sabem, comecei a trabalhar no plano da Caixa em meados de abril — enfim, já tinha estado a pensar durante o mês de março até meados de abril; em meados de maio, salvo erro, a 14, entreguei a primeira proposta do plano de reestruturação e capitalização ao Ministério, já tinha tido algumas interações, mas nessa data entreguei a proposta; no princípio de junho, salvo erro a 2 ou 3, o Governo deu o acordo; no dia 3 de junho, foi enviada para a DG Comp e, no dia 7 ou 8 de julho, as negociações, no plano técnico, estavam fechadas.

Isso só foi possível porque tinha duas equipas muito boas a trabalhar.

Como já disse aqui, para além da informação publicada, pedi alguma informação protocolada através do Ministério, que me foi dada pelo Conselho de Administração que estava em funções. Era informação de natureza financeira agregada, não qualificada, nem protegida — não

precisava disso para nada. Também já tive ocasião de dizer quais eram os temas em que a informação incidia e, pronto, foi isto.

Essas entidades não trabalhavam para mim no sentido de que eu não precisava de ninguém a trabalhar para mim se o Governo não me tivesse mandatado para preparar um plano de recapitalização da Caixa, tendo em vista, justamente, recapitalizá-la. Coincidentemente, convidou-me para ser o presidente do conselho de administração e organizar e montar uma equipa. Foi isso que aconteceu.

Por isso é que digo...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Então, Dr. António Domingues, não é verdade que essas entidades tivessem sido contratadas para trabalhar para si pessoalmente. Foram contratadas para fazer assessoria ao processo, certo?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — O meu entendimento era esse. Agora, repare, confesso, como já disse, não foi feito nenhum contrato, não foi formalizado...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Fez algum contrato em nome pessoal?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não, não. Provavelmente houve alguma falha da minha parte, se calhar devia ter tido mais preocupações de natureza formal. Não quero nenhuma desculpa por isso, devia tê-lo feito, mas entendi que havia prioridades e a prioridade era fazer o trabalho.

Estávamos em abril e havia um conselho de administração que tinha cessado funções em dezembro do ano anterior. Era uma empresa que estava em risco de não cumprir os rácios de capital, com um problema: a

capitalização ou era feita através de ajudas de Estado ou não era. Portanto, o que foi preciso foi olhar para o essencial.

Na vida sempre fiz isso e assumi que não havia grandes questões, até porque os valores que estimava, na altura, que, aliás, acabaram por acontecer, que envolveriam essas consultorias não seriam extraordinariamente elevados. É gente profissional, que eu conheço, que trabalha de acordo com regras completamente transparentes e que, aliás, já trabalhava para a Caixa e para o Governo noutras instâncias. Portanto, houve um sentido de urgência, se quiserem, nesse procedimento.

Foi o melhor? *A posteriori*, tenho de dizer que não. Se soubesse o que sei hoje, tinha proposto uma formalização de natureza diferente. Na altura, isso não me ocorreu...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas todos chegámos à conclusão de que, obviamente, estas duas entidades não estavam a trabalhar para si pessoalmente, estavam a assessorar o Governo, a Caixa Geral de Depósitos e não a si, e que não era sua responsabilidade, depois, a liquidação de quaisquer honorários, porque efetivamente os serviços não lhe eram prestados, não os subscreveu, nem tinha nenhum contrato. Certamente que não existe nenhuma carta de responsabilidade, tanto por parte de uma como de outra sociedade, dirigida a si pessoalmente relativamente aos serviços a prestar. Certo?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não, não, de jeito nenhum.

De qualquer maneira, volto a dizer o que disse aqui em setembro ou em janeiro, já não me recordo: se, porventura, tivesse havido algum problema com o pagamento devido e legítimo a essas entidades, eu era o responsável porque fui eu que dei a cara, que os convidei e que liderei, de

facto, a equipa, portanto, arrostaria com as responsabilidades daí decorrentes. Sempre fiz isso na minha vida e voltaria a fazê-lo.

Mas também nunca tive essa preocupação, porque no diálogo que tive com o Ministério esse problema nunca se pôs. Fiz o que foi combinado e algures, na altura devida, enviei uma carta ao Sr. Ministro com o detalhe exaustivo do que tinha sido o trabalho, com as métricas aplicadas e qual o valor a pagar.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, perante aquilo que nos disse, penso que todos já perceberam a forma como este processo decorreu e foi conduzido por parte do Governo, mas sobra aqui uma questão que é muito relevante esclarecer. Veio a público, através de diversos órgãos de comunicação social, a existência de troca de mensagens e de SMS entre si e o Governo relativamente a compromissos assumidos durante todo este processo.

A pergunta que lhe ponho é: será que estas notícias e todas estas mensagens e SMS com o Governo que foram divulgadas foram fábulas, foram invenções, foram especulações da comunicação social? Com que objetivo é que a comunicação social iria fazer essas invenções e especulações?

Certamente que durante todo este processo o Dr. António Domingues trocou SMS com o Governo relativamente às matérias em apreço e, sobretudo, às que o preocupavam, como já disse, ao longo dos diversos meses, em especial quando via que o processo não avançava no sentido daquilo que tinha sido acordado entre si e o Governo...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, dialoguei com o Governo, com o Sr. Ministro das Finanças, com o Sr. Secretário de Estado e com mais uma pessoa — foram os três interlocutores principais que tive

durante este processo —, pelas mais variadas formas: em conversa, por SMS, por *e-mail*, por carta. Portanto, se há SMS trocados entre mim e o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado? Há! É uma forma de conversar relativamente eficiente e sobre isso não tenho nada para dizer de novo.

O que posso dizer, e que também não é novo, é que não divulguei nem publicitei SMS nenhuns. As referências que a imprensa fez foi as que entendeu que devia fazer, não sei porquê.

Não era nenhum segredo, não fiz segredo perante os meus amigos e as pessoas mais próximas das interlocuções que ia tendo com o Governo. Mas, desse ponto de vista, não tenho nada a acrescentar: o que lhe estou a dizer hoje foi o que lhe disse na Comissão — não sei se o Sr. Deputado estava cá — da última vez.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Mas as notícias que saíram eram verdadeiras? No seu conteúdo, na sua essência eram verdadeiras?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não sei a que notícias se refere, Sr. Deputado.

Se as notícias referem que houve trocas de SMS entre mim e os meus interlocutores, entre todos, houve. Se houve transcrição de SMS que eu tenha enviado na imprensa, não. Não vi nenhuma transcrição, porque era impossível fazerem-na. Os SMS estão no meu telemóvel, ou algures onde estão armazenados, e nunca ninguém os viu a não ser eu e os interlocutores que os receberam.

Como entendo que os SMS são conversas bilaterais, como as conversas, não são divulgados. Mas, tal como relatei as conversas que tive com o Sr. Ministro das Finanças — e relatei aqui uma, duas ou três ao longo do período —, as comunicações via SMS têm exatamente a mesma natureza,

ou seja, não têm a natureza de documento. Quando a outra comissão me pediu documentos, que enviei, tive o cuidado de enviar o que são documentos que tinham a natureza de documentos: cartas e *e-mails* — um *e-mail* é uma carta enviada de forma eletrónica.

De resto, sobre isto não tenho mais nada a acrescentar.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Sr. Doutor, vamos à matéria de facto, para não haver dúvidas nem especulações de qualquer espécie.

O Dr. António Domingues, pelo que conhece do carácter do Dr. António Lobo Xavier, pensa que ele seria capaz de ir mentir para um programa de televisão? Certamente que não!

Todos nós conhecemos o carácter, a idoneidade, a respeitabilidade que o Dr. António Lobo Xavier tem...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP):— Eu não conheço!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... e penso que corrobora esta minha análise. Será que o Dr. Lobo Xavier, Conselheiro de Estado, enganou o Presidente da República ao dizer que viu SMS que confirmavam que existia um compromisso entre si e o Governo no sentido da não entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional? Acha-o capaz dessa atitude leviana, que é como a posso classificar? Certamente que não!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, como sabe e é público, sou amigo do Dr. Lobo Xavier, prezo muito ser amigo dele e a

última coisa que me ocorreria era ter dúvidas sobre o caráter do Dr. Lobo Xavier e o meu testemunho...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Somos dois.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — ... não é o mais importante para o efeito.

Do que me recordo de ouvir, foram declarações públicas do Dr. Lobo Xavier no sentido de dizer — e agradeço-lhe por me apoiar, já o fiz publicamente, como amigo — que estava razoavelmente documentado aquilo que eu tinha dito. Mas isso os Srs. Deputados têm na mão. Eu mandei um conjunto de documentação bastante completa e que cobre todo o período: antes de eu estar na Caixa, quando estava a tratar do plano e, depois, quando estava lá.

Essa documentação é absolutamente completa, pelo menos para mim, no meu juízo, para permitir concluir a quem a leia que, do meu ponto de vista, não havia nenhuma dúvida sobre o quadro em que eu estava a funcionar.

Aliás, de outra maneira seria uma enorme irresponsabilidade da minha parte, porque — gostava de sublinhar — a questão não era comigo, não era somente comigo. É que eu convidei uma série de pessoas que, sem precisarem, sem nenhum incentivo material, aceitaram generosamente fazer parte da equipa para ajudar neste *dossier* e penso que eles tiveram um papel importante. Se eu não tivesse a equipa que tinha, com o prestígio e a independência que tinha, a negociação do Estado português que eu apoiei teria sido, provavelmente, mais difícil.

Portanto, jamais assumiria o risco e a responsabilidade de convidar as pessoas se não estivesse seguro e documentado, pelo menos do meu ponto de vista, sobre o que se passava.

Já agora, confesso-lhe que, quando tenho uma conversa que faz parte de um processo negocial, ela é definitiva, não preciso de documentos, não preciso de cartas. Costumo dizer que os contratos são para meter na gaveta, não são para aplicar.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Para alguns!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Dá-se o caso de, pelas razões que invoquei, ter tido o cuidado de, mesmo antes de aceitar, escrever tudo o que eu entendia, e que podia ter sido recusado. Eu não pedi para ser Presidente da Caixa. Ouvia às vezes na imprensa dizerem, até alguns responsáveis políticos, que me tinha candidatado. Não... Enfim, ser Presidente da Caixa é uma grande honra, um lugar de enorme prestígio e senti-me extremamente lisonjeado pelo facto de o Governo, o Estado português, me ter convidado, mas não estava nos meus horizontes, não estava nos meus planos e eu não fiz nada para isso. Apenas aceitei, porque entendi que tinha reunidas as condições pessoais e as outras que referi para poder levar a bom termo a missão complexa, difícil que tinha pela frente, pelas razões que também já invoquei e pelas consequências que o «não» poderia ter.

Achei que não poderia recusar. Independentemente dos custos e das consequências negativas a que, aliás, o Sr. Deputado, simpaticamente, aludiu, não poderia virar a cara, não era esse o ponto. Portanto, senti que tinha o dever, como cidadão e como profissional, de ajudar, e foi apenas nesse sentido que o fiz.

Para mim, as coisas eram absolutamente claras, como, aliás, já tive ocasião de dizer aqui, pois são matérias relativamente simples: ou é branco ou é preto. Ainda por cima, foi um processo que se arrastou durante bastante tempo, não foi uma conversa de um fim de semana que se executou numa

segunda-feira. Não, foi um processo longo, que teve diferentes interações. Portanto, não podia — falo por mim, obviamente — ter grandes dúvidas.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Ó Sr. Doutor, eu respeito e compreendo a sua resposta, mas todos nós sabemos — o Sr. Doutor também sabe — que o Dr. Lobo Xavier foi muito mais assertivo no programa de televisão relativamente às fontes de informação que tinha e que comprovavam que existia um compromisso entre o Governo e o senhor quanto à não necessidade de entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional.

Portanto, acho que é fácil concluirmos sobre a forma como este processo foi tratado: o Sr. Doutor foi convidado, pôs as questões centrais que julgava que eram relativamente importantes, nomeadamente a questão da não entrega da declaração, e, quando esta questão se tornou pública, o Governo não teve a hombridade de honrar o compromisso que tinha consigo, que tinha assumido consigo. Só assim se compreende que tanto V. Ex.^a como a sua equipa, ou uma parte da sua equipa, se tenham demitido perante uma tão grande falta de palavra por parte do Governo.

Sr. Doutor, o Governo deixou-o sozinho, o Governo deixou-o sozinho e fê-lo passar por tolo, quando, obviamente, V. Ex.^a não é tolo nenhum, pelo contrário, é um dos quadros bancários mais qualificados que o nosso País tem. Por isso, desculpe-me a rudez da minha linguagem,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Rudeza!

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... mas estas histórias fantasiosas que o Governo inventou relativamente a todo este processo da sua nomeação e demissão como Presidente da Caixa Geral de Depósitos não passam de desculpas de mau pagador — como o povo diz —, próprias de um

padrão de governação que já conhecemos noutras áreas, em que, à primeira adversidade ou contestação pública, recua nas suas convicções ou opções.

Concluo, efetivamente, que, no meio deste processo, o Sr. Doutor se entregou de alma e coração e à custa da sua vida privada, abandonando uma carreira de 27 anos, salvo erro, no BPI, de que era Vice-Presidente, para abarcar um projeto de serviço público com determinados pressupostos, que, depois, não foram cumpridos.

Portanto, termino, dizendo que, pela nossa parte, o Sr. Doutor foi muito cristalino, muito transparente e tenho pena que o Governo não seja também cristalino e transparente e que não assuma as suas responsabilidades e as suas opções,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — ... independentemente de quais forem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, agradeço muito as suas palavras mas, se me permite, tenho uma leitura ligeiramente diferente, que, aliás, não é novidade, porque já a tinha feito anteriormente, em janeiro, quando fui à Comissão de Finanças.

Não creio que o Governo tenha feito de mim tolo, penso que não era fácil, penso que não o fez...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Fez, publicamente!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — ... e que não teve essa intenção.

A minha leitura é muito simples: o *dossier* da Caixa era um *dossier* difícil, que tinha múltiplas implicações e, a partir de certa altura, o Governo deixou de ter condições políticas para manter as condições...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — São os compromissos!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — ... e os compromissos, se assim lhe quiser chamar. É essa a minha leitura e não creio que haja outra possível.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dado que as condições da sala não são as melhores, quanto menos ruído houver, mais beneficiaremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Domingues, a quem cumprimento especialmente, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, Srs. Funcionários que apoiam a Comissão, apesar de não termos ouvido nada de novo sobre este assunto por parte do Dr. António Domingues, relativamente às audições nesta Comissão de Inquérito e noutras Comissões, gostava de fazer algumas considerações, pedindo-lhe, depois, para as comentar.

Começava por este estilo novelesco do PSD de constituir comissões de inquérito para trazer o «diz-que-diz»...

Protestos do Deputado do PSD Fernando Virgílio Macedo.

... e para fazer perguntas com base no «diz-que-diz», que não é próprio nem dignifica muito a atividade política.

Mas, visto que é uma Comissão de Inquérito potestativa, há, de facto, audições realizadas, há um relatório a produzir e, na verdade, esta Comissão

de Inquérito tem um objeto que não se restringe à nomeação e à demissão do Dr. António Domingues. O objeto desta Comissão de Inquérito trata também do tempo da gestão do Dr. António Domingues como Presidente da Caixa Geral de Depósitos.

Apesar de não ser do interesse do PSD abordar a gestão do Dr. António Domingues à frente da Caixa Geral de Depósitos, mas apenas episódios novelescos e o «diz-que-diz» relativamente à nomeação e à demissão — a que já me referirei mais à frente —, julgo que é de inteira justiça e também importante, para que fique salvaguardado para memória futura, abordar aquilo que foi, de facto, a sua gestão à frente da Caixa Geral de Depósitos.

Na verdade, o Dr. António Domingues está associado a um momento importante, aliás, único no sistema financeiro europeu. Foi a primeira vez que as instituições europeias permitiram que um banco público fosse capitalizado com dinheiro do próprio Estado e que isso não fosse considerado ajuda do Estado mas, sim, um investimento por parte do único acionista.

Recordo que o Dr. António Domingues chegou à Caixa Geral de Depósitos com um desvio no plano de negócios de cerca de 3000 milhões de euros, ou seja, o desvio do plano de negócios que herdou era de 3000 milhões de euros. É verdade que essa matéria tem sido tratada noutra comissão de inquérito, onde se têm apurado as necessidades de recapitalização e que esse desvio estará fundamentado numa capitalização feita pelos mínimos em 2012, e para isso também contribuiu uma crise financeira internacional, uma recessão prolongada no País, fruto da política de austeridade do anterior Governo, e ainda, provavelmente, uma desalavancagem financeira que o setor sofreu, fruto das alterações das regras e de orientação política por parte do Banco Central Europeu, do Mecanismo Único de Supervisão.

O certo é que foi uma operação bem sucedida. A recapitalização da Caixa era fundamental, como é fundamental trazer, de novo, a Caixa Geral

de Depósitos aos lucros, não só para financiar o Orçamento do Estado, como também a própria economia, que cresce acima da média europeia, cresce acima das melhores expectativas, cresce acima daquilo que são as melhores perspetivas do FMI, do Banco Central Europeu, da própria Comissão Europeia. Para isso, é preciso um sistema financeiro robusto, no qual a Caixa Geral de Depósitos tem um papel fundamental.

Mas trata-se de uma recapitalização que o Dr. António Domingues, a sua equipa e o Governo conseguiram concretizar contra a vontade política da direita PSD e CDS. No Orçamento do Estado para 2017, o PSD votou contra a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e o CDS absteve-se.

Portanto, a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos foi, desde o início, uma matéria muito madrastra para a direita e o Governo, com os grupos parlamentares que o apoiam neste Parlamento unicamente, viu-se a defender a Caixa Geral de Depósitos e a sua recapitalização, porque a alternativa — o Dr. António Domingues já o disse aqui, mas convém recordar — teria sido o *bail-in* da Caixa Geral de Depósitos. E, já agora, peço-lhe para reproduzir aqui quais seriam as consequências do *bail-in* da Caixa Geral de Depósitos, que era isso que o PSD defendia. Ao votar contra a recapitalização estava a defender automaticamente o *bail-in*. Era importante que os portugueses que nos estão a ouvir soubessem que consequências teria o *bail-in* para o País, para o sistema financeiro e para a própria Caixa Geral de Depósitos.

Dr. António Domingues, julgo que nunca houve, pelos factos que sabemos e pela documentação que temos, intenção do atual Governo de limitar os atos de transparência nas obrigações de prestação de contas dos administradores da Caixa Geral de Depósitos. Para o Grupo Parlamentar do PS, a Lei n.º 4/83 nunca esteve em causa, nunca se colocou a hipótese de ser alterada. Pela documentação a que temos acesso, que foi disponibilizada a esta Comissão, e pelas audições que tivemos, nunca foi intenção do Governo

propor a alteração da Lei n.º 4/83 nem nunca foi a intenção do Grupo Parlamentar do PS alterá-la.

Portanto, a dispensa de entrega da declaração de património junto do Tribunal Constitucional nunca esteve em cima da mesa. Aliás, em parte alguma da documentação que foi disponibilizada a esta Comissão de Inquérito por parte do Dr. António Domingues há um compromisso do Governo, de algum membro do Governo em aceitar, concordar, subscrever, manifestar intenção, sequer, de dispensar a entrega desta declaração de património junto do Tribunal Constitucional.

Gostaria de dizer também que quem tentou fazer do Dr. António Domingues tolo foi o PSD, que o acusou de ter tido acesso a informação privilegiada.

Essa foi uma acusação gravíssima, feita diversas vezes, e o Sr. Dr. António Domingues teve a ocasião de se defender e de explicar aqui, nesta Comissão, e na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa que nunca teve acesso a informação privilegiada. Mas, mesmo assim, apesar de o Dr. António Domingues ter manifestado, sob compromisso de honra, que nunca teve acesso a informação privilegiada, nunca deixou de estar debaixo de acusações contínuas por parte do PSD e do CDS de ter usado informação desse tipo.

Aproveito para lhe colocar esta questão para desmistificar uma vez mais esta acusação do PSD e do CDS de que usou informação privilegiada quando negociava com Bruxelas este plano de reestruturação, o plano de negócios e a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Para terminar, Sr. Presidente, há pouco ouvimos o PSD dizer que todos já perceberam como correu este processo e, de facto, acho que todos os portugueses já perceberam: correu bem ao País. Isto porque a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos era um bem maior não só para a Caixa mas também para o sistema financeiro, para o País e para a economia.

Para finalizar a questão, Dr. António Domingues, foi ou não foi fundamental para o sistema financeiro, para a reestruturação de bancos como o BPI e o Millenium BCP, e até para a venda do Novo Banco, o sucesso da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Não havia necessidade de o Governo mentir!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, muito obrigado, também.

Estou completamente de acordo. A operação de recapitalização da Caixa tinha uma dificuldade adicional, que era o facto de estar a ser feita num quadro regulamentar que era novo. Foi a primeira recapitalização, numa escala grande, de uma entidade pública, já no âmbito da aplicação da nova diretiva da resolução. Essa era uma das dificuldades e por isso é que desde o início me muni de todos os cuidados e fiz o trabalho de casa, designadamente ir a Bruxelas, e chamei a atenção do Governo para aquilo que era necessário assegurar para retirar o mais possível os possíveis obstáculos que pudessem interpor-se nesse objetivo.

Como disse, e também estou de acordo, a recapitalização da Caixa e, em paralelo, a negociação da forma como o Fundo de Resolução impacta nos bancos foi absolutamente essencial para estabilizar o setor. Aliás, eu disse isso aqui, numa audição, é público: nos documentos dos acordos entre o BCP e um dos seus acionistas de referência, estava dito que uma das condições precedentes era haver clareza sobre a situação do Fundo de Resolução. A negociação do Fundo de Resolução foi feita neste quadro e tenho muito orgulho por ter ajudado o Governo português a negociar e a criar as

condições para que isso tivesse sido feito. Penso que hoje é um dado que o setor está completamente estabilizado.

Só uma pequena correção: o BPI não fez nenhuma reestruturação nem nada disso, porque nunca precisou nem precisava. Aquilo de que o BPI foi objeto foi de uma OPA (oferta pública de aquisição) e houve uma alteração da estrutura acionista, porque o BPI nunca teve nenhum problema...

O Sr. João Paulo Correia (PS): — Sim, reestruturação acionista!

O Sr. Dr. António Domingues: — Portanto, gostava de deixar isso claro.

Como já disse noutras ocasiões e implicitamente no que disse antes, afastar o espectro das ajudas do Estado era afastar o risco do *bail-in*. O *bail-in*, como sabem, pode revestir várias formas, mas significa sempre que, para além do acionista, parte dos credores subordinados, a totalidade ou uma parte dos seniores, tem de participar no esforço de recapitalização, seja sob a forma da conversão de dívida em capital forçada seja sob a forma de redução do valor dos créditos, portanto, por *haircut*.

O que aconteceria na situação concreta da Caixa não sei, o que sei é que esses são os dispositivos que normalmente são utilizados. Ainda agora vimos isso aplicado algures na Europa, em situações que passaram por recapitalizações, em que os credores subordinados foram chamados a participar.

Evidentemente, confrontar a principal instituição bancária do País, que ainda por cima é 100% do Estado e sempre foi, com uma situação de *bail-in* é quase impensável, porque isso teria consequências absolutamente devastadoras, para além da Caixa e do setor. Acho que é um problema em que não sei o que aconteceria à dívida pública e não sei onde é que estaríamos hoje, nem qual seria a situação macroeconómica do País.

Para lhe dizer a verdade, em bom rigor, essa foi a principal motivação que me levou a vencer a minha pouca predisposição para ter pegado neste dossiê. Enfim, os amigos também me incentivaram, mas a razão principal era essa.

Sobre se a intenção do Governo era esta ou aquela, confesso que não sei dizer, não me compete a mim dizer, nem... O que sei é o que propus, o que escrevi, o que documentei, o que falei e aquilo na base do qual trabalhei. Convidei mais de uma dezena de pessoas para fazerem parte de uma equipa na base de um pressuposto. Não foi uma conversa, não foi só comigo, é um processo relativamente longo e onde a questão da divulgação pública das declarações de património era uma questão crítica.

Aliás, como se recordam, no conselho a que presidi, estava previsto que havia três cidadãos não residentes, dos quais dois estrangeiros e um português não residente, que faziam parte. Uma das razões por que o propus foi porque eram pessoas com muita experiência, eram dois ex-CEO de dois grandes bancos europeus e, portanto, davam um capital de credibilidade perante as instituições europeias de que o espetro da gestão pública no mau sentido era afastado, isto porque havia uma barreira importante a vencer.

Era completamente impensável que qualquer uma dessas pessoas aceitasse um convite para participar num conselho se o seu património fosse divulgado no dia seguinte nos tabloides, até por razões de segurança, não é?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — O Governo é que nega!

O Sr. Dr. António Domingues: — Nesses países isso não é feito, portanto estava completamente fora de causa.

Enfim, entreguei a documentação que entreguei, que é a que existe, dei conta das conversas que tive e, portanto, para mim, o assunto era razoavelmente claro.

Felizmente, no essencial, as coisas correram bem. Acho que os episódios menos relevantes, mesmo até do ponto de vista pessoal, menos interessantes, para mim são passado. Acho que o que é relevante é o que o Sr. Deputado disse, ou seja, o Estado português resolveu um problema, resolveu-o bem, a bem da Caixa, a bem do setor e a bem da economia do País. Acho que esse é o aspeto essencial.

Pela minha parte estou satisfeito de ter tido a oportunidade de dar um contributo para que isso tivesse sucedido. Os outros custos, preferia não os ter tido, mas, paciência, fazem parte da vida e, portanto, estou muito satisfeito com o resultado. Gostava que tivesse sido de outra maneira e provavelmente não foi, em parte, porque, se calhar, também houve erros meus, mas, enfim, toda a gente comete erros, não me quero eximir a nenhuma responsabilidade. Portanto, no essencial é isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Dr. António Domingues, por mais uma vez estar nesta Comissão de Inquérito.

Não parecem ter surgido factos especialmente novos desde a última vez que aqui estive, ainda assim, gostaria de aproveitar a sua presença para colocar algumas questões um pouquinho mais de fundo sobre o plano e o projeto de recapitalização no qual estive muito envolvido. Mas antes de ir aí, queria só tentar focar-me em duas ou três questões que têm estado em cima da mesa.

Quanto à questão da declaração de património e de rendimentos, e agora percebemos que o problema era até mais da declaração de património, diz o Dr. António Domingues na carta de novembro que envia ao Ministro

das Finanças também para apresentar as razões da sua demissão de presidente da Caixa, e cito: «(...) consistia, desde o início, uma premissa essencial para o projeto de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos».

No entanto, ouvidos aqui, nesta Comissão de Inquérito, tanto o Secretário de Estado como o Ministro das Finanças disseram que a questão, efetivamente, tinha sido colocada numa ou noutra reunião, pontualmente, mas sem ter sido impressa esta essencialidade e esta importância.

Estamos numa posição em que o Dr. António Domingues diz algo e o Ministério das Finanças diz outra coisa, mas uma comissão de inquérito não pode ficar apenas neste «diz que disse», portanto, aquilo que lhe perguntava era o seguinte: há, ou tem em sua posse, outro documento, para além daquele que entregou a esta Comissão de Inquérito, que possa mostrar que houve um acordo estabelecido para que os administradores da Caixa Geral de Depósitos não tivessem de fazer a entrega da declaração de património e de rendimentos?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, eu entreguei toda a documentação que tinha, como era minha obrigação, à Comissão de Inquérito, portanto, não tenho mais nenhuma documentação. Salvo melhor opinião, creio que a documentação e o meu testemunho são suficientes, pelo menos para mim,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Está juramentado!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — ... relativamente àquilo que tenho a dizer sobre o assunto. Portanto, não tenho, confesso, rigorosamente mais nada para acrescentar nem para comentar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Desculpe, não ouvi.

O Sr. **Presidente**: — Não tem!

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Agradeço a resposta.

Então, da documentação que entregou, considera que naqueles anexos de um *e-mail* ou carta — *e-mail*, creio eu —, de abril de 2016, onde apresenta algumas condições, algumas propostas de alterações legislativas e outras, está refletida essa questão fundamental que tinha colocado?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sim, sim.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Onde, especificamente?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Há um documento que diz «matérias a mudar», e está lá dito, relativamente a esta matéria, que é para afastar as declarações que são objeto de publicidade e reter aquilo que decorre da lei geral e da lei bancária, coisa que, aliás, está dita no preâmbulo da alteração do Estatuto do Gestor Público.

Em relação ao preâmbulo, fiquei satisfeito, porque o li e vi que diz: «Olhe, a gente tem de alterar o Estatuto, porque não faz sentido à luz disto, daquilo e daqueloutro». Portanto, para mim, que não sou jurista, está o assunto resolvido.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Considera que a não alteração à Lei n.º 4/83 consistiu...

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Um azar!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Uma incompetência!

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Considera que esta não alteração foi uma violação do acordo que o Governo tinha com o Dr. António Domingues?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, não lhe sei dizer. Sobre isso não... Como disse, assumi as minhas responsabilidades e fiz a minha parte. Confesso que já não trabalhava tanto há muitos anos como trabalhei durante o verão do ano passado, porque para além de estar a preparar o plano negocial tinha de estar a formar equipa e era uma missão muito consumidora de tempo. Assumi que o Governo e quem o suporta tratavam do resto.

Era relativamente simples, na minha opinião, não via... Confesso que não sabia qual era a solução, se tinha de alterar uma, se tinha de alterar duas.

Aliás, recordo que propus ao Governo alterações em três matérias. Uma tinha a ver com o Estatuto do Gestor Público, mais com a preocupação das declarações do que com os salários. Até cheguei a dizer ao Ministro que, no limite, pessoalmente, até o fazia *pro bono*, se fosse dois anos. Mas não era esse o ponto, porque a regra anterior, tal como era aplicada, até era favorável à maior parte dos meus colegas. Ganhariam mais se se aplicasse a regra anterior do que os salários que foram fixados, embora eu entenda que uma empresa não deve pagar em função do que trabalhei para outra, deve pagar em função daquilo que é o meu custo, da oportunidade do mercado e daquilo que estou lá a fazer. De outra maneira, é impossível gerir.

Sugeri que fosse alterada a lei das empresas públicas na forma como era aplicada à Caixa. Porquê? Qual era a minha preocupação na altura, que surgiu algures durante os meses de março e abril? É que sem nenhuma vantagem... Aliás, já tivemos esta conversa, e entendo que é discutível o modelo que propunha. O modelo que propus foi que a Caixa, sendo um

banco, deve estar sujeita ao regime normal de um banco. Não vejo que o acionista ganhe muito em ter outras regras.

Havia um risco: quer o Estatuto do Gestor Público, quer a lei das empresas públicas criam direitos especiais ao acionista. Como o acionista é representado por um Governo que tem uma agenda política, isso criava dificuldades a apresentar o plano da Caixa como um plano que cumpria o critério do investidor privado. Não estou a discutir se isso é bom, se é mau, são as regras e é com isso que temos de viver.

Portanto, na altura, a minha proposta ao Governo foi neste sentido: vamos afastar tudo o que não tenha... Não há nenhuma vantagem, a Caixa não ganha nada com isto. Aliás, se fosse um regime muito interessante, a Caixa não tinha tido parte dos problemas que teve, porque o modelo de governo e de controlo seria fantástico. Como não é, então, vamos seguir as melhores práticas e vamos conformar de tal sorte que maximizemos as probabilidades de ter sucesso na negociação.

Havia três coisas a alterar: o Estatuto do Gestor Público, a lei das empresas públicas e, além disso, o compromisso — na altura, eu contava um calendário mais curto — de que as disposições que vinham do Orçamento de 2016, que limitavam os salários e as promoções, portanto, a gestão do pessoal da Caixa, fossem afastadas. Não me passava pela cabeça mexer na orgânica da Caixa e nas regras aplicadas aos gestores e o pessoal, que é tão importante ou mais do que os gestores, não ter regras semelhantes. Isso foi tudo aceite e acordado para ser executado.

Como eu também já aqui disse, a questão do Estatuto do Gestor Público e das declarações era uma questão fundamental, porque sem ela não era possível instruir o processo junto do Banco de Portugal, porque este iria avaliá-lo à luz do Estatuto. No caso das empresas públicas, aceitei, e foi estabelecido o compromisso com o Governo de que isso seria tratado mais à frente, até ao final do ano. No caso dos aspetos orçamentais, o Governo

anunciava desde logo que o iria fazer e aquando da proposta do Orçamento incluía-o, tal como o fez.

Portanto, para mim, foi com grande surpresa que, em outubro, vi que havia um buraco, porque, de uma maneira geral, tudo estava a correr como previsto, enfim, com as incidências normais que estas coisas têm, com as fugas de informação, as pequenas mentiras...

Por exemplo, há uma coisa que foi dita, mas tenho de dizer isto até em defesa das pessoas que tiveram a amabilidade de aceitar o meu convite: nunca ninguém foi chumbado por ninguém, as pessoas não foram apresentadas, as propostas nunca chegaram a ser formalizadas no BCE. O BCE nunca chumbou ninguém para a Caixa. Já disse isto algumas vezes, mas como só falo aqui no Parlamento sobre estas matérias, gostava de voltar a repisar isso.

À parte destes incidentes, tudo correu razoavelmente bem, pelo que sobre isso não tenho rigorosamente mais nada a acrescentar.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sobre os nomes que foram retirados e, portanto, não apresentados, quero perguntar-lhe se tinha também um acordo com o Governo para alteração do RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), de forma a poder apresentar os mesmos nomes no futuro.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Eu tinha este compromisso *ex ante*.

Repare, acho que a formulação do RGICSF até é ilegal atualmente, porque resultou da transposição de uma diretiva e, nestas matérias, a transposição das diretivas não admite liberdade. A certa altura até obtive um parecer de um professor espanhol que dizia que a transposição da diretiva era ilegal. Isto porque o que está em causa é um artigo da diretiva do RGICSF onde se estabelecem critérios para avaliar a elegibilidade dos não executivos

e um dos critérios é o da acumulação de outras funções e, enquanto na diretiva está dito que se eu sou o administrador, por exemplo, da SONAE e administrador de empresas debaixo da SONAE, isso é um cargo.

No nosso caso, explicou-me o Sr. Governador, que, na altura, quando a transposição foi feita, havia os problemas do Espírito Santo e ele entendeu pôr na diretiva que, por exemplo, se eu for administrador da SONAE e de mais três empresas da SONAE, isso conta como quatro cargos, o que é um bocadinho estranho como fórmula para resolver o dito problema.

A diretiva, na fórmula que tem — eu não sou jurista, mas tenho opiniões —, não estará conforme, pelo menos, com aquilo que seria a transposição... De qualquer maneira, os cidadãos, individualmente, até podem invocar a nulidade do RGICSF nesta matéria e a aplicação direta da diretiva.

Todas as pessoas com quem falei, do Governo, etc., estavam de acordo, que, de facto, o RGICSF devia ser alterado nessa matéria, porque, no fundo, estabelece uma limitação à eventual seleção de pessoas para cargos não executivos em bancos, o que não faz sentido existir não existindo noutros países europeus.

Mas o problema surgiu em agosto, havia outras prioridades e o assunto ficou para ser tratado mais tarde. Não tinha um calendário, nem um compromisso, nos termos em que diz, de como isso ia ser resolvido. Ainda estava a estudar como haveria de se resolver, sendo que, durante estes meses de setembro e outubro, a prioridade absoluta era recapitalizar a Caixa. Isto porque tínhamos conseguido uma «lança em África», que era ter um pré-acordo, pois não só se conseguiu fazer a recapitalização, mas também se conseguiu ter um pré-acordo, coisa que a DG Comp nunca tinha feito. Havia que não perder a oportunidade, nem deixar deslazar a situação.

Depois, a primeira surpresa que tive foi que a Caixa tinha reservas negativas. De facto, deveria ter visto isso, mas foi preciso fazer a Operação

Harmónio e, depois, tudo isso acabou por dilatar um bocadinho no tempo a realização da operação e a capitalização acabou por se fazer, em parte, já em 2017. Mas, nessa altura, como o conselho tinha quórum, tinha um número suficiente de membros para compor as comissões especializadas, tinha o conselho fiscal completo, etc. A prioridade absoluta foi assegurar que a capitalização era feita e que a negociação não se perdia por qualquer outra razão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Dr. António Domingues, disse que a primeira surpresa que teve foi saber que a Caixa tinha reservas negativas e isto é importante.

Gostava de saber se teve outras surpresas ou outras situações semelhantes na Caixa Geral de Depósitos que o tenham obrigado, nomeadamente, por exemplo, em 2016, a fazer um reforço de imparidades como nunca tinha feito e a registar prejuízos de um nível que nunca tinha acontecido.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, duas coisas: primeiro, quando disse surpresa... Os capitais próprios da Caixa estavam bem registados. O que acontece é que tinha capitais próprios e reservas negativas, cuja soma dava um valor x , mas ter reservas negativas tinha uma implicação que era a de que a Caixa não tinha ativos distribuíveis. Se quisesse distribuir dividendos ou pagar dividendos preferenciais, não o podia fazer e isso era um obstáculo a emitir dívida subordinada ou dívida preferente.

De resto, contabilisticamente, estava bem. Mas a redução de capital social é uma operação complexa do ponto de vista jurídico e obriga a um

conjunto de procedimentos. Portanto, foi surpresa no sentido em que foi uma coisa que foi necessário fazer e com que não estava a contar.

Relativamente a surpresas no domínio que referiu, creio que não, porque, em termos gerais, o valor das imparidades que a Caixa acabou por fazer foi, *grosso modo*, aquilo que eu tinha estimado, provavelmente com uma distribuição ligeiramente diferente, porque a informação com que trabalhei era informação agregada, informação pública, mas os valores globais não se afastaram muito.

Tinha trabalhado com as contas de dezembro, portanto o valor era um bocadinho superior. Como, entretanto, a Caixa, durante o primeiro semestre, já tinha feito umas centenas de milhões de euros de imparidades, o valor foi ligeiramente inferior. Mas, em relação à magnitude dos 3000 milhões e qualquer coisa de imparidades, o «elefante» era mesmo dessa dimensão, não havia nenhuma dúvida sobre isto e agora menos dúvidas há, porque este diagnóstico já foi confirmado, não por mim mas pela nova Administração e pelas várias entidades que têm responsabilidades na Caixa. Desse lado não houve nenhuma surpresa.

Se quiser, até tive surpresas positivas, designadamente o facto de a Caixa ter um potencial de negócio absolutamente fabuloso. Eu não imaginava que a Caixa tinha perto de 4 milhões de clientes ativos. Tive surpresas com a qualidade de muitas pessoas que trabalham na Caixa, gostei muito das equipas da Caixa. Essas foram surpresas, repito, positivas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Dr. António Domingues já não apresentou as contas relativas a 2016, mas trabalhou no projeto e no plano para a recapitalização e é também parte deste seu projeto a mensuração que foi feita de imparidades. Gostava de lhe perguntar, para perceber melhor,

sobre a metodologia aplicada. O que é que aconteceu? Foram rever a carteira de crédito da Caixa Geral de Depósitos? Foram ver, de alguma forma, como é que cada crédito estava, qual era a garantia para cada crédito, como é que ele estava a cumprir ou a não cumprir, se estava devidamente imparizado ou não? Foi esta a metodologia que tinha pensado e que foi aplicada?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, creio que vou repetir o que já disse aqui noutras ocasiões.

As imparidades dos bancos são avaliadas de acordo com dois modelos, nomeadamente com o chamado modelo das imparidades coletivas, que é um modelo estatístico, com base no histórico, do qual deriva um conjunto de parâmetros que são aplicados e sistematicamente revistos para ver se continuam a ser válidos. Isso normalmente aplica-se à carteira granular: ao crédito hipotecário, ao crédito ao consumo, aos créditos de pequeno montante. Normalmente os créditos ou as exposições, melhor dito, de maior montante são objeto de análise individual. No caso da Caixa já não tenho de memória se era acima de 2 ou de 3 milhões de euros e esse limiar não foi alterado. Portanto, todas as operações acima desse limiar ou, melhor, todas as exposições, as garantias correspondentes, etc., foram avaliadas uma a uma.

Para além dos créditos, foram avaliadas as participações financeiras, foram avaliados todos os ativos e isso foi feito quer em Portugal, quer em todo o universo da Caixa e foi feito envolvendo centenas de pessoas.

A responsabilidade pelo apuramento das imparidades, obviamente, é do conselho de administração, mas digamos que quem tem de fazer o trabalho e quem tem de fazer propostas e defendê-las são as equipas.

Eu não alterei nenhum modelo, nem nenhum método, apliquei o método que sempre apliquei ao longo de mais de 30 anos a trabalhar na banca.

Pergunta-me por que é que, mesmo estando fora da Caixa, estimei que a Caixa pudesse ter necessidades daquela dimensão. A Caixa tinha um rácio de crédito em risco que era quase três vezes o do BPI e tinha uma taxa de cobertura do crédito em risco por imparidades que era quase 30% inferior à do BPI. Como trabalhamos no mesmo mercado, temos clientes comuns, etc., é pouco provável que possa haver um desvio dessa dimensão e normalmente não há.

A primeira avaliação que fiz foi a partir destes dados macro. Depois, dentro da Caixa, as equipas fizeram a sua avaliação *bottom-up*, tivemos os auditores a acompanharem, não a darem opiniões mas a certificarem que o processo era completo, consistente e que não tinha enviesamentos e, eu próprio, tive o cuidado de convidar representantes do SSM (*Single Supervisory Mechanism*) para poderem participar nas reuniões, e participaram em cerca de 95% das reuniões. Aliás, foi uma forma de tomarem contacto com a realidade da Caixa, o que penso que facilita o diálogo com o supervisor daqui para a frente, porque ficaram com um conhecimento muito profundo e muito detalhado, provavelmente mais do que de qualquer outro banco, num espaço de tempo relativamente curto.

Mas uma imparidade é um juízo subjetivo, já agora, mas que é feito por um órgão colegial — tem a vantagem de ser subjetivo mas não individual —, sobre o valor dos colaterais ou a probabilidade de o devedor ter rendimentos ou *cash flow* para pagar a dívida num prazo razoável, ou então sobre o valor dos ativos em mercado, vendidos num prazo razoável. Não pode dizer: «Não, tenho aqui uma coisa que daqui a 50 anos vai valer muito.» Não me adianta muito, não é?!

Portanto, da minha parte, quanto à avaliação, não alterei rigorosamente nada sobre o que sempre fiz e que faço. Aliás, continuo a trabalhar ligado a bancos e, portanto, não alterei rigorosamente nada.

Quanto aos modelos que foram objeto de avaliação e revisão pelas equipas técnicas da Caixa, foram testados e vistos, mas daí nem sequer vinha grande divergência.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, há de compreender que, quando olhamos para 2015 e vemos que, nesse ano, foi feito um reforço de imparidades de 715 milhões de euros e depois, em 2016, o reforço de imparidades foi de 1859 milhões de euros, ficamos a pensar no que terá acontecido.

Percebemos agora que houve, então, pelo menos em determinados créditos, avaliações individuais. Destas avaliações individuais, não vou perguntar quais são os créditos em particular — até porque não poderia responder —, mas gostava de perguntar se, destas avaliações individuais feitas aos créditos mais elevados, foram detetadas situações em que as garantias eram insuficientes, se foram detetados créditos que estavam, por exemplo, em incumprimento mas não tinham sido registados como tal, e situações em que os créditos não estavam devidamente imparizados. Houve situações deste tipo que foram detetadas?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Seguramente que houve de todas: que as garantias não eram suficientes, por definição, porque, senão, não era necessário fazer imparidades adicionais; que as imparidades não eram suficientes é tautológico. Portanto, sim.

Quanto à questão específica que me coloca, se havia créditos classificados indevidamente, confesso que não tenho memória disso. A minha preocupação central não era uma lógica contabilística, era uma lógica económica, porque estávamos a avaliar as necessidades de capital do banco.

Imparidades são capital, portanto, o que estávamos a determinar eram as necessidades de capital do banco, naquela altura, naquele momento. A preocupação era perceber como é que aqueles ativos se iam comportar no futuro. Quanto ao passado, confesso que não perdi muito tempo com isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Aproveitava a deixa de ter dito que imparidades são capital para colocar uma outra questão, provavelmente a última, que vai um pouco neste sentido.

Já se abordou aqui o desvio que aconteceu entre o plano que serviu de base para a recapitalização de 2012 e o que foi, depois, efetivamente o cenário macroeconómico real, que mostrou que a recapitalização de 2012 foi insuficiente. Poderia ter alguma suficiência para aquele plano base, mas, tendo em conta, depois, a realidade macroeconómica, tornou-se insuficiente.

Vemos um comportamento, um determinado padrão, na Caixa Geral de Depósitos que se altera em 2012. Em 2012, a Caixa Geral de Depósitos começa, efetivamente, a registar o reforço de imparidades, num rácio bastante abaixo do que era, por exemplo, o crédito em incumprimento desses anos.

Pergunto-lhe se esta alteração pode ter levado a que, nos últimos anos, efetivamente, tenha havido imparidades que não foram devidamente reforçadas ou registadas exatamente por causa de a Caixa poder estar a debater-se com insuficiência de capital e, portanto, não imparizava.

Pergunto se isso explica por que é que, depois de feita uma reavaliação, principalmente dos principais créditos, temos, em 2016, no que toca a reforço de imparidades, um valor que é três vezes superior ao que ao que foi tido em 2015.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, relativamente ao que referiu dos desvios do plano anterior, mais uma vez digo que não olhei muito para ele, não era necessário, nem me trazia muito.

Daquilo que vi, se a memória não me falha, uma parte significativa dos desvios tinha a ver com o facto de o cenário macroeconómico se ter afastado substancialmente do que o plano tinha, em particular ao nível das taxas de juro. É muito importante ter isso presente, porque penso que a Caixa do ponto de vista dos custos até não se afastou muito do plano, estaria até ligeiramente melhor do que o plano. Não quer dizer que fosse suficiente, essa é outra questão, mas, sobretudo, teve um grande desvio de receitas.

Quando o primeiro plano foi feito estávamos com taxas de 4,5% ou 5%. Se o Sr. Deputado imaginar que a Caixa tem 20 biliões de *float*, aplique 5% a 20 biliões e veja o que isso significa de perda de receita.

No limite, o que podíamos dizer era: «Está bem, mas, como a realidade se alterou, então, havia que atuar e, eventualmente, havia que atuar mais cedo». Mas esta é uma conversa que posso ter consigo algures, não estudei isso e, portanto, no quadro em que estou aqui a falar, não tenho condições para me poder pronunciar legitimamente e com propriedade sobre o assunto.

Relativamente ao tema das imparidades, se estavam feitas ou não estavam, repare: olhei para uma fotografia, observei-a para ver se estava desfocada ou não e tentei corrigi-la e focá-la. Se ela estava desfocada há seis meses, há três meses, há um ano ou dois, confesso que não sei, nem me acrescentava muito.

A minha preocupação foi a de avaliar os ativos da Caixa e ter a certeza de que eles estavam avaliados de forma razoável e que a Caixa poderia seguir em frente e não iria ficar com problemas de capital que limitassem a sua capacidade de prosseguir na sua missão, até porque nós só tínhamos uma oportunidade.

Quer dizer, a Caixa tinha de ser capitalizada naquela altura. Se a Caixa, passados seis meses ou um ano, vier dizer que precisa de capital, não vejo como é que se salva de ajudas de Estado.

Portanto, eu tinha de ter uma preocupação muito, muito grande com essa avaliação, uma preocupação que eu teria em qualquer circunstância, mas que estava reforçada até por essa razão, como eu referi quando aqui vim em setembro.

Sobre os dois temas, é o mais que lhe posso dizer nesta altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Domingues, começo por cumprimentá-lo.

Sei que não é a primeira vez que vem a estas comissões e, portanto, está já habituado e rotinado em relação a este tipo de inquirição, mas, apesar de tudo, queria tentar ressituar as questões.

Sabemos que há matérias que são de opinião — e cada um de nós é livre de ter a sua opinião sobre os diferentes assuntos e sobre as mais diferentes matérias —, mas esta Comissão tem como função apurar factos. Depois, cada um de nós poderá fazer o juízo que entender relativamente a esses factos.

Portanto, a primeira preocupação que temos é a de percebermos o que é matéria do tipo factual e o que pode ser a opinião expressa em relação aos diferentes factos. Até admito que o Sr. Doutor queira avançar com a sua vida e deixar para trás todas estas questões, mas acho que, a bem dos portugueses, é importante que se clarifique o que são factos e o que podem eventualmente ser opiniões.

Sabemos que o Governo, em determinada altura, disse aos portugueses que as alterações legislativas que eram feitas a propósito do Estatuto do Gestor Público resultavam de imposições da União Europeia. A eventual existência dessas imposições foi registada com muita estranheza pelo Sr. Governador do Banco de Portugal em declarações a esta Comissão de Inquérito, dizendo que não eram prática, nem costume, e foi negada por Danièle Nouy, em nome da União Europeia.

Do ponto de vista factual, o que posso concluir é que as alterações que foram feitas ao Estatuto do Gestor Público resultam de negociações que o Sr. Doutor teve com o Governo, porque faziam parte das suas condições para aceitar o cargo de presidente da Caixa Geral de Depósitos. É assim ou não?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a resposta é sim. Nunca referi que as alterações resultassem de alguma imposição das autoridades europeias. Não creio que isso fosse...

Mas acrescentei o seguinte: fiz as propostas pensando em duas coisas, em primeiro lugar, naquilo que eu entendia que eram as condições melhores para alguém poder desempenhar a missão que me estava a ser pedida que desempenhasse, ou seja, a de presidir ao conselho de administração de uma empresa com as características da Caixa. Em segundo lugar, pensei, e amadureci isso ao longo do mês de março e até em resultado das reuniões que tive, sobretudo em Bruxelas, na forma de maximizar as probabilidades de ter sucesso na negociação da recapitalização fora das ajudas de Estado e, portanto, de ultrapassar o chamado teste do investidor privado.

É uma opinião. Com base nesse juízo reforcei a convicção que já tinha por outras razões, mas foi por essas razões que fiz uma proposta ao Governo e foi meu entendimento que o Governo a tinha aceiteado.

A minha leitura e a minha visão são estas, como, aliás, sempre disse quando cá vim.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Há quem negue!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A conclusão que posso retirar, do ponto de vista factual, é que as alterações resultam de um pedido do Sr. Doutor. Portanto, foram negociadas alterações legislativas com o Sr. Doutor.

O Sr. Doutor considerou que o Governo incumpriu consigo o compromisso que havia sido estabelecido relativamente às obrigações de declarar o seu património ao Tribunal Constitucional. É assim ou não?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — A resposta é sim, mas com um comentário adicional que fiz na primeira vez que vim à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa depois de ter saído da Caixa, em janeiro: apercebi-me de que o Governo deixou de ter condições políticas para poder cumprir com o que estava acordado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Amedrontou-se!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Ministro das Finanças utilizou a expressão «erro de perceção mútua», o Sr. Doutor considera que esse erro de perceção mútua se devia à falta de condições

políticas designadamente para alterar uma lei na Assembleia da República. É assim?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, a minha leitura dos acontecimentos é aquela que eu já dei e que volto a repetir: havia um quadro que era claro, que foi tratado e, a certa altura, deixou de haver condições para poder ser executado. E isso teve consequências, como, aliás, tive a ocasião de, relativamente cedo, transmitir ao Governo, que tentei minimizar, designadamente quanto aos seus impactos sobre a Caixa. De facto, esses impactos foram minimizados, porque a Caixa não teve perturbação nenhuma, seguiu o seu caminho, foi recapitalizada e seguiu em frente.

A minha leitura é aquela que já transmiti em janeiro e que, felizmente, os factos subsequentes acabaram por confirmar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quando o Sr. Ministro das Finanças disse, nesta Comissão, «acredito que esta questão possa ter flutuado no espírito dos presentes em diversas fórmulas», na realidade nunca deixou de estar presente como sendo uma condição essencial.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, só posso falar por mim, não é? Falando por mim, vou poupá-lo a dizer o que disse antes. Só sublinho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Compreendo que o faça, até porque sabemos que, apesar de o Secretário de Estado, Mourinho Félix, ter dito que a retirada do Estatuto do Gestor Público pretendia exatamente que deixasse de haver essa obrigação declaratória, sabemos que

depois mudou de opinião, acabando por dizer a esta Comissão que esse foi o entendimento expresso pela pessoa que manifesta as opiniões do Governo, ou seja, pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, percebemos que o Sr. Primeiro-Ministro não estaria a par dessa condição. Ou estaria a par dessa condição e mudou de opinião?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, não lhe sei responder.

A minha interlocução do ponto de vista funcional, chamemos-lhe assim, foi feita com o Sr. Ministro das Finanças e com o Sr. Secretário de Estado. Tive a ocasião de falar com o Sr. Primeiro-Ministro numa ou noutra ocasião ao longo do processo, mas não nos termos em que está a referir.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, pode dizer-se que foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse ao Sr. Secretário de Estado que o entendimento passava a ser outro e, por isso, ele mudou de opinião.

Sr. Doutor, está arrependido de ter convidado pessoas para integrarem a administração da Caixa Geral com base em pressupostos que não teve o cuidado de acautelar?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, faço uma pequena observação: eu achava que tinha acautelado, senão, não teria convidado.

Penso que todos os meus colegas que me acompanharam partilham, neste momento, tanto quanto sei, do mesmo sentimento ou do mesmo estado de espírito que eu tenho. Nós cumprimos a nossa missão. Acho que a cumprimos relativamente bem. Cada um de nós teve alguns inconvenientes, mas, enfim, a vida tem destas coisas e, de uma forma ou de outra, eles são resolúveis.

As pessoas que eu convidei são profissionais muito competentes e com afirmação no mercado. Este é um episódio da sua vida profissional, como já tiveram outros eventualmente. Desse ponto de vista, não tenho razão, felizmente, para estar muito preocupado, sendo certo que, como imagina, essa foi a minha preocupação central a partir do momento em que percebi que tinha o problema de poder não manter um projeto, isto quando deixei de ter condições para o fazer.

Como a decisão nem sequer foi só minha, estou razoavelmente tranquilo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Dr. António Domingues, passo agora a uma matéria que também tem sido abordada nestas comissões de inquérito e que tem a ver com a contratação de consultoras.

O Sr. Doutor era vice-presidente do BPI na altura em que contratou essas consultoras mas, depois, a Caixa Geral de Depósitos é que acabou por pagar a conta.

Com a experiência bancária que o Sr. Doutor tem, considera que esse é um procedimento normal? Tem conhecimento de mais algum banco em que se tenha passado assim uma contratação, ou seja, em que o vice-presidente de um banco tenha feito uma contratação e depois o outro banco é que tenha pagado a conta?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, deixe-me corrigir o que diz. Na altura em que contratei a McKinsey e o escritório de advogados, já não era vice-presidente do BPI. No dia em que aceitei o convite do Governo, saí do BPI. Ponto final.

Formalmente, repito, formalmente, a minha resignação só produziu efeitos no final de junho, quando poderia ter produzido, na melhor das hipóteses, no final do maio. Mas, por razões que já lhe expliquei, durante a última semana de abril estive em convalescença, estive hospitalizado, por isso tinha mais preocupações do que entregar a carta de renúncia. Entreguei-a em maio. Se fosse no dia 1 ou no dia 2 era igual a ser no dia 30 e, portanto, entreguei-a, salvo erro, no final do mês e produziu formalmente efeitos no final de junho.

Mas, desde o dia 15 ou 16 de abril, deixei de exercer qualquer atividade, qualquer função e de ter acesso ao que quer que fosse no BPI, não necessariamente porque eu quisesse, eu também o queria, mas porque o BPI não o permitia.

Na altura em que contratei os serviços da McKinsey e do escritório de advogados, com o acordo do Governo, para me apoiarem no projeto que eu estava a fazer para o Governo e para a Caixa Geral de Depósitos, eu não era *de facto* vice-presidente do BPI. Tinha abandonado essas funções e estava convidado, indigitado para formar uma equipa e ser presidente da Caixa. Foi nessa qualidade que o fiz, como é óbvio, não poderia ser noutra.

A partir do momento em que aceitei o convite, desvinculei-me completamente do BPI.

No limite, para ser como o Sr. Deputado diz, só podia ter começado a trabalhar no projeto no dia 1 de julho. Muito bem, eu começava no dia 1 de julho.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estou a tentar a ouvir a resposta quando alguém entra na sala a falar ao telemóvel...

O Sr. **Presidente**: — Tem razão, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, peço desculpa. Estava a responder a uma indicação e não me

apercebi. Agradeço a sua chamada de atenção, até porque isso faz parte do *core* das preocupações que tenho. Muito obrigado pela observação.

Tem a palavra, Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Até admito que, no plano formal, enfim, no quadro de que estamos aqui a falar, isso pudesse fazer sentido, mas, *de facto*, não há nenhuma sobreposição, de jeito nenhum.

Já disse isso várias vezes, já deixei isso absolutamente claro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Presidente, peço desculpa...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Já agora, deixe-me acrescentar que a contratação dos serviços de apoio dessas entidades foi partilhada com toda a gente: quando fui falar com o Sr. Governador, quando fui falar com o BCE, nas interações subsequentes com a DG Comp, com toda a gente... Fui completamente transparente, não houve nenhuma questão de...

Quer dizer, eu, se quiser, tive, digamos, um excesso de zelo de, perante um problema enorme, tentar resolvê-lo o mais rapidamente possível e o melhor possível e, provavelmente, facilitei alguns aspetos formais que, vistos *a posteriori*, se calhar, deveriam ter sido ponderados. Mas, *de facto*, não houve nenhuma violação de qualquer questão formal em nenhum momento, repito, em nenhum momento.

Fui convidado no dia 18 de março e aceitei o convite no dia 16 de abril. Durante esse período estive a pensar, a refletir, informei quem tinha de informar, designadamente a entidade onde eu estava, que estive ao corrente

do que se passava. Nesse período não fiz rigorosamente nada que não fosse obter informação e conforto para poder tomar uma decisão e, acompanhando o membro do Governo, que era quem tinha legitimidade, fui às reuniões que já relatei, na presença dele, com as entidades. E ponto final.

Portanto, essa questão que foi, às vezes, glosada, salvo melhor opinião, do ponto de vista formal, até podia ter alguma ponta para lhe pegar, mas, do ponto de vista substancial, gostava de lhe dizer que nunca estive de consciência tão tranquila.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Domingues, como compreende a questão dos formalismos é importante,...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Claro que sim!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — ... tanto mais que, se o formalismo tivesse sido cumprido, nomeadamente em relação ao pressuposto em que o Governo falhou, provavelmente, não estaria neste momento na situação em que está, mas a minha pergunta é...

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Não me queixo da situação em que estou!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não estaria aí sentado, neste momento, a responder sobre essa matéria...

Com quem é que o Sr. Doutor falou relativamente à contratação dos consultores? Quem estava a par e quem validou, ou não, essa contratação?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, seguramente, com o Sr. Ministro das Finanças e com o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E validaram essa contratação?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Se não, eu não a teria feito, não é?! Se me dissessem que eu não podia contratar, eu dizia: «Então, vou à minha vida, porque não tenho condições para fazer o trabalho».

Não é uma questão formal, é uma questão substancial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Exatamente por isso, Sr. Doutor, essa é uma questão factual para a qual agradeço o contributo que o Sr. Doutor acabou de dar.

Portanto, quer o Sr. Ministro das Finanças, quer o Sr. Secretário de Estado validaram a contratação destas duas consultoras. Este é um dado importante e que fica comprovado nesta Comissão pelo depoimento do Sr. Doutor.

Assim, verificaram se haveria potenciais conflitos de interesses e negociaram alguma confidencialidade com essas mesmas consultoras, como é normal nestas matérias. Sim?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, com o escritório de advogados isso não era necessário, porque decorre, digamos, das suas obrigações. A McKinsey é uma entidade com as características que tem e, portanto, a mim, não me pareceu necessário, e ninguém mo pediu, que fizesse um acordo de confidencialidade.

Em segundo lugar, por outro lado, eu e as equipas trabalhámos com informação pública ou informação de acesso público. Não tinha... Nós não trabalhámos, durante essa fase, com informação de natureza confidencial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, coloco esta questão porque, mesmo em relação ao escritório de advogados, ela coloca-se. E coloca-se em que termos? É que o escritório de advogados foi quem deu apoio à alteração da legislação.

Quando deram apoio à alteração da legislação, estavam a trabalhar em função daquilo que eram os interesses do Dr. António Domingues, daquilo que eram os interesses do Governo... Sabemos que a Caixa Geral de Depósitos não legisla, mas o Sr. Doutor, no início desta audição, disse-nos que tinha negociado as alterações legislativas com o Governo. Portanto, era importante saber quais eram os interesses que estavam a ser representados pelo escritório de advogados.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, na minha opinião, eu, o escritório de advogados e a McKinsey estávamos a trabalhar para o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Doutor, se negociou com o Governo a alteração legislativa, de duas uma: ou o escritório estava a assessorar o Governo ou estava a assessorar o Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, não negocieei a alteração legislativa, propus alterações a aspetos substanciais da lei.

A fórmula, a solução, o que fosse, foi da responsabilidade do Governo. O Governo falou com os advogados quando quis e como quis e eu não fiz parte disso, como, aliás, já tive ocasião de dizer aqui noutra altura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, para que fique claro, então, o escritório de advogados, quando trabalhou na área da alteração legislativa do Estatuto do Gestor Público, estava a trabalhar para o Governo e não para o Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, tenho dúvidas de que possa dizer que o escritório trabalhou na área da alteração legislativa, porque penso que não fizeram isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Isso tem a ver com a troca de *e-mails*!

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sim, mas isso é uma consulta, não creio que tenha essa dimensão. De qualquer maneira, coordenei uma equipa que tinha o apoio de um escritório de advogados e da McKinsey para trabalhar para o Governo, enquanto acionista da Caixa Geral de Depósitos, e fazer o que foi feito. E o que foi feito está à vista.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Doutor, desculpe dizer-lhe mas, a partir do momento em que há uma troca de *e-mails* do escritório de advogados com o Governo relativamente ao conteúdo de uma alteração de um decreto-lei, como é o Estatuto do Gestor Público, estão, objetivamente, a trabalhar nesse mesmo conteúdo. E, em relação aos interesses que esse escritório de advogados está a representar, de duas uma: ou são os interesses do Sr. Doutor ou são os interesses do Governo.

É importante clarificar isso, até porque sabemos que esse escritório de advogados, depois, foi pago pela Caixa Geral de Depósitos. Portanto, esse é um dado muito relevante, do ponto de vista factual, Sr. Doutor, e tem de ficar claro.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer o seguinte: nesta matéria eu não tinha interesse, fiz uma proposta que foi aceite. Os meus interesses esgotaram-se aí e a minha proposta era de uma clareza meridiana. Portanto, não tinha mais interesses a defender, o Governo é que tinha de ver como é que legislava, como é que negociava, como é que fazia.

Penso que a figura que está a tentar estabelecer, de uma negociação e de interesses conflitantes, neste caso, não existe, mas, enfim...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não, Sr. Doutor, o que pretendo é que fique claro, que fique muito claro para quem é que o escritório de advogados estava a trabalhar, quando trabalhou no processo legislativo.

Não estou a fazer acusação de coisa nenhuma em relação ao Sr. Doutor, mas, se o Sr. Doutor me diz «Para mim, não era», então, a conclusão é a de que o escritório de advogados só podia estar a trabalhar para o Governo. Mas é importante, exatamente do ponto de vista factual, que o Sr. Doutor o testemunhe, na Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, aqui, não são as minhas palavras que contam, são as do Sr. Doutor e, portanto, precisava que o dissesse.

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, mas não é a primeira vez que digo, porque é a realidade, que coordenei uma equipa, que me incluía a mim, que trabalhei *pro bono* durante quatro meses ou quatro meses e meio, e duas entidades que, legitimamente, têm direito a ser pagas, que trabalhou para o Governo português, o Ministério das Finanças, enquanto representante do acionista, num projeto que foi executado. É tão simples como isto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dada a perturbação que houve há pouco, concedo-lhe mais 1 minuto para poder concluir as suas questões. E, como já passou meio minuto, significa que tem um bónus de 1,5 minutos, o que me parece razoável do ponto de vista do equilíbrio do que estive em causa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Agradeço a atenção do Sr. Presidente.

Sr. Doutor, isso é importante por uma razão: os membros do Governo que aqui estiveram, no fundo, o que disseram foi que os consultores, designadamente o escritório de advogados, trabalhavam para o Sr. Doutor e não para o Governo. Portanto, há aqui, obviamente, uma contradição entre o Governo e o Sr. Doutor e esta é uma razão que, só por si, justifica que esta

Comissão de Inquérito procure apurar os factos e procure apurar quem está a falar verdade e quem falta à verdade à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quer acrescentar alguma coisa?

O Sr. Dr. **António Domingues**: — Sr. Deputado, percebo o que diz, mas, quer dizer, não podia ser de outra maneira, não é?! Eu não tinha interesses nesta matéria. Eu era o coordenador de um projeto a trabalhar para o acionista de uma empresa e, portanto, não tinha interesses.

O Sr. **Presidente**: — Mas tudo o que está a ser dito são factos.

Sr. Deputado, deseja continuar?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho indicações de que não há necessidade de fazer uma segunda ronda de perguntas, pelo que dou por concluídos os trabalhos de hoje. Agradeço a presença do Sr. Doutor António Domingues.

Houve uns Srs. Deputados que me pediram para lhe transmitir cumprimentos, pois tiveram de sair, uma vez que estão na outra Comissão de Inquérito e tiveram de fazer um «jogo duplo».

Risos.

É tudo, Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 5 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL